



PTVS
Nº 70030976955
2009/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70030976955

COMARCA DE PORTO ALEGRE

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL
DE FORMIGUEIRO

PROPONENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE FORMIGUEIRO

REQUERIDO

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO/RS

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de *ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal* promovida pelo **PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGUEIRO**, tendo como objeto o enunciado normativo do inciso IX do art. 58 da Lei Orgânica do Município, que exige, para o afastamento do Prefeito do Município por mais de cinco dias ou do Estado por qualquer tempo, autorização da Câmara Municipal de Vereadores.

Sustentou a inconstitucionalidade material da referida lei, em face do princípio da simetria, pois, no caso do Governador, a autorização para viagens para fora do Estado é exigível apenas quando o afastamento for superior a quinze dias, ou do país por qualquer tempo (art. 53, IV, e 81 da Constituição Estadual). Na mesma linha, a Constituição Federal somente exige autorização do Congresso Nacional para o Presidente da República se ausentar do país por mais de quinze dias (art. 49, III, e 83). Citou precedentes deste Tribunal de Justiça.

23v



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PTVS
Nº 70030976955
2009/CÍVEL

Postulou a concessão de medida liminar para o efeito de restar decretada a suspensão imediata da vigência da norma municipal e, ao final, a declaração de sua inconstitucionalidade.

Juntou documentos.

É o relatório.

Analiso o pedido de liminar e adianto que merece deferimento para determinar a suspensão da vigência da norma municipal, em face do princípio da simetria.

A Lei Orgânica do Município de Formigueiro (fl. 12), em seu **art. 58**, inciso IX, exige, para o afastamento do Prefeito Municipal por mais de cinco dias ou do Estado por qualquer tempo, autorização da Câmara Municipal de Vereadores.

Essa exigência encontra-se em desacordo com o disposto tanto na Constituição Estadual ((art. 53, IV, e 81), como na Constituição Federal (art. 49, III, e 83), quando regulam as autorizações para o Governador do Estado e para o Presidente da República viajarem para fora do Estado ou do País.

Nos dois casos, somente há necessidade de autorização da Assembléia Legislativa e do Congresso Nacional quando o afastamento for por período superior a quinze dias.

Servem de exemplo, além daqueles mencionados na petição inicial, os seguintes precedentes recentes de nosso Tribunal de Justiça, *verbis*:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE POUSO NOVO. AFASTAMENTO DO PREFEITO POR MAIS DE 10 DIAS OU DO ESTADO A QUALQUER TEMPO. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO EM FACE DA VIOLAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA E DE PODERES CONSTITUCIONALMENTE ESTABELECIDO, DE OBSERVÂNCIA COGENTE PELOS MUNICÍPIOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 10, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70027517333, Tribunal Pleno,



PTVS
Nº 70030976955
2009/CÍVEL

Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Silveira Difini, Julgado em 27/04/2009).

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. OBRIGATORIEDADE DA TRANSMISSÃO DO CARGO AO VICE-PREFEITO EM VIRTUDE DO AFASTAMENTO DO CHEFE DO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO. PRAZO. AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA. PRINCÍPIOS DA SIMETRIA E DA HARMONIA E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES. *Inconstitucionalidade verificada. A transmissão de cargo do prefeito ao vice-prefeito somente pode ser exigida quando o afastamento daquele for por prazo superior a 15 dias. Previsão contida na combinação dos artigos 8º, 10, 53, IV e 81 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Atendimento aos princípios da simetria e da harmonia e independência entre os poderes. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70026892117, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio dos Santos Caminha, Julgado em 30/03/2009).*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. CHEFE DO PODER EXECUTIVO. AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA AFASTAMENTO DO MUNICÍPIO E DO ESTADO. *Preliminar de ausência de interesse processual afastada, porquanto inócua. Processo objetivo. É inconstitucional dispositivo da Lei Orgânica Municipal que atribui, ao Poder Legislativo, competência para autorizar o afastamento do Chefe do Poder Executivo do Município, por período superior a cinco dias ou do Estado, por qualquer tempo. Tudo, porque afronta o princípio da simetria e fere a harmonia e independência dos Poderes. Arts. 8º, 10, 53, IV e 81, da Constituição Estadual. Ação julgada procedente. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70020854691, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 07/04/2008).*

ANTE O EXPOSTO, CONCEDO A LIMINAR REQUERIDA PARA SUSPENDER, ATÉ A DECISÃO FINAL DA PRESENTE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, OS EFEITOS DA REGRA DO INCISO IX DO ART. 58 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FORMIGUEIRO.

Notifique-se o Presidente da Câmara de Vereadores para informações.

Cite-se o Estado do Rio Grande do Sul

Intimem-se.

24v



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PTVS
Nº 70030976955
2009/CÍVEL

Porto Alegre, 06 de julho de 2009.

DES. PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO,
Relator.



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário: PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO
Nº de Série do certificado: 7EBF60F1348275F3
Data e hora da assinatura: 08/07/2009 16:18:20

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço http://www.tj.rs.gov.br/site_php/assinatura e digite o seguinte número verificador: 7003097695520091038567